



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL D
TRADUTOR E INTÉRPRETE DE
LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

E essa tal diversidade?

- 1 Diversidade é a expressão da Vida Humana nas suas múltiplas, variadas e particulares
2 manifestações. O segredo da Natureza é a Biodiversidade; o segredo da Humanidade é a
3 Antropodiversidade. O respeito à Diversidade é a capacidade de afastar a tolice arrogante que supõe ser
4 o único modo correto de existir e, ao mesmo tempo, indica inteligência estratégica de aprender com o
5 diverso e, portanto, com aquilo que comporta outro olhar e alternativas de percepção e ação.
- 6 Sempre ficamos imaginando qual seria o lugar mais exato de onde emana o preconceito;
7 contudo, não há fonte única para o desprezo ao diverso; as fontes são inúmeras para a intolerância,
8 desde as bases familiares até instituições sociais como certa mídia, algumas igrejas, determinados
9 processos pedagógicos, que carregam a caricaturização do Diferente como se ele fosse também
10 Desigual.
- 11 Nos tempos atuais muitas empresas procuram trazer o acolhimento da Diversidade como um
12 dos seus pilares de presença valorizada nas comunidades nas quais se inserem. Ações de inclusão e
13 diversidade fazem parte da dimensão Ética da prática da empresa séria e com honestidade de
14 propósitos.
- 15 No entanto, lembro amiúde, Ética não é cosmética, não deve ser mera maquiagem provisória e
16 superficial. Por isso, o passo mais forte nessa direção precisa ser dado pelo consumidor/cliente
17 consciente dos equívocos que podem ser cometidos em toda a cadeia produtiva ou de serviços e, ao
18 juntar-se em movimentos organizados, rejeitar a relação de negócios com quem for biocida ou liberticida,
19 tal como já ocorre em alguns países.
- 20 Afinal, a responsabilidade é coletiva e, para tanto, precisamos demolir com urgência o primado
21 da máxima (bastante mínima) *Cada um por si e Deus por todos* pela força histórica da outra *Um por*
22 *todos e todos por um*.
- 23 A vida é obra coletiva, construída no cotidiano e com sentido na História. O poeta João Cabral de
24 Melo Neto nos alertou que “um galo sozinho não tece uma manhã”; por outro lado, além da união em
25 torno da causa não podemos esquecer da força que as ações litigantes (e que recusam a discriminação,
26 o preconceito ou a exclusão) podem ter na normatização jurídica de nossa convivência.
- 27 Em nosso país vale uma grande indagação: estamos caminhando rumo à equidade ou rumo a
28 uma sociedade na qual as pessoas estarão cada vez mais focadas em suas próprias realidades e
29 interesses? Podemos ter os dois cenários, e a escolha por um deles não é mera decisão individual.
- 30 Se quisermos evitar o esboroamento de qualquer civilidade é necessário nos juntarmos aos que
31 também rejeitam tal possibilidade e partirmos para a ação que pode, inclusive, obrigar-nos a abrir mão
32 de privilégios eventuais, mas que nos permitirá Futuro.
- 33 A preservação e o respeito à individualidade é um valor a ser protegido; o grande risco está em
34 admitir o individualismo, ou seja, a postura egocêntrica e exclusivista, que costuma redundar em
35 convivência predatória. Porém, há muitos homens e muitas mulheres que rejeitam tal posição e, em vez
36 de ficarem bradando por aí: “Alguém tem de fazer alguma coisa!”, juntam-se para fazer o que pode e
37 precisa ser feito. É possível, sim, recusar o fratricídio paulatino e aderir a princípios de compartilhamento
38 da Vida que nos impeçam de desprezar a Fraternidade.
- 39 Há um passo essencial: lembrar sempre que reconhecer as Diferenças não implica exaltar as
40 Desigualdades. Homens e mulheres são diferentes, não são desiguais. Nordestinos e sudestinos são
41 diferentes, não são desiguais. Negros e brancos são diferentes, não são desiguais.
- 42 A Igualdade é um constitutivo ético, enquanto a Diferença resulta do biológico ou de uma história
43 que também pode ser mudada para melhor.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere**: provocações filosóficas. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

- 1 Ao tratar a diversidade como expressão da vida humana, o autor do texto argumenta a favor da(do)
- (A) intolerância ao diferente.
(B) aceitação do individualismo.
(C) esboroamento da civilidade.
(D) exaltação da desigualdade.
(E) aceitação da diferença.



- 2 Observa-se no texto o emprego de letras maiúsculas em várias palavras como: Vida Humana (linha 1); Natureza (linha 2); Diversidade (linha 3); Diferente (linha 9); Desigual (linha 10); Ética (linha 13); Vida (linha 38); etc. As maiúsculas foram empregadas nestas palavras para
- (A) indicar que são nomes de lugares.
 - (B) indicar o início de um pensamento novo.
 - (C) colocar em destaque as ideias abordadas.
 - (D) criar um efeito estético, melhorando a aparência do texto.
 - (E) ressaltar que se trata de nomes abstratos.
- 3 Com base nos argumentos expostos em relação à diversidade, depreende-se do texto que
- (A) para a humanidade só há um modo correto de existir.
 - (B) o segredo da humanidade é ter inteligência estratégica para evitar o diverso.
 - (C) a diversidade é constitutiva tanto da natureza quanto da vida humana.
 - (D) a diversidade é o lugar exato de onde emana o preconceito.
 - (E) a diversidade é fonte de inúmeras intolerâncias.
- 4 O emprego das palavras *certa* (linha 8), *algumas* (linha 8) e *determinados* (linha 8) leva à conclusão de que
- (A) as instituições sociais, em geral, são responsáveis pelo preconceito ao diferente.
 - (B) nem toda instituição social considera o diferente como desigual.
 - (C) as instituições sociais presentes em uma comunidade são diferentes e desiguais.
 - (D) apenas a Mídia e a Igreja são responsáveis por se tratar o diferente como desigual.
 - (E) não são apenas as instituições sociais as responsáveis pela intolerância.
- 5 De acordo com o texto, muitas empresas procuram praticar ações de acordo com a Ética. Dentre estas ações, destaca(m)-se
- (A) as ações de inclusão e acolhimento da diversidade.
 - (B) a junção da empresa a movimentos organizados.
 - (C) a rejeição de relação de negócios com clientes conscientes.
 - (D) a produção de cosméticos como maquiagem provisória e superficial.
 - (E) a valorização da presença da empresa na comunidade por meio da propaganda.
- 6 A afirmação “Ética não é cosmética” (linha 15) chama a atenção para o fato de que as ações das empresas devem ser
- (A) provisórias.
 - (B) superficiais.
 - (C) verdadeiras.
 - (D) coletivas.
 - (E) diversas.
- 7 Os neologismos *biocida* e *liberticida* (linha 18) encerram em si o sentido de
- (A) aquele que dá vida.
 - (B) aquele que liberta.
 - (C) aquele que mata.
 - (D) aquele que participa.
 - (E) aquele que rejeita.
- 8 O emprego da máxima *Um por todos e todos por um* (linhas 21 e 22) é um argumento para reforçar no texto a ideia de
- (A) individualidade.
 - (B) religiosidade.
 - (C) responsabilidade.
 - (D) coletividade.
 - (E) equidade.



- 9 A expressão *tal posição* (linha 35) retoma uma ideia anteriormente expressa no texto. A ideia em questão é
- (A) evitar o esboroamento de qualquer civilidade.
 - (B) abrir mão de privilégios eventuais.
 - (C) preservar o respeito à individualidade.
 - (D) partir para a ação que permitirá futuro.
 - (E) admitir o individualismo.
- 10 Ao defender a ideia de que *ser diferente não é ser desigual* (linhas 39 a 43), o texto ressalta que
- (A) a ideia de igualdade está ligada a valores construídos em sociedade.
 - (B) a ideia de igualdade resulta dos atributos biológicos com que nascemos.
 - (C) igualdade e diferença são ambas ideias relacionadas com o aspecto biológico.
 - (D) a diferença, da mesma forma que a igualdade, é um constitutivo ético.
 - (E) a ideia de diferença resulta da história e não pode ser mudada.

LEGISLAÇÃO

- 11 Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- (A) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (B) A nacionalidade; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (C) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (D) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (E) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
- 12 Dentre outros deveres do servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações, encontra-se o de
- (A) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - (B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (C) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; observar as normas legais e regulamentares; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (D) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (E) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; recusar fé a documentos públicos; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) Gratificações, FGTS e seguro desemprego.
 - (B) Indenizações, adicionais e FGTS.
 - (C) Indenizações, seguro desemprego e FGTS.
 - (D) Indenizações, gratificações e adicionais.
 - (E) Gratificações, adicionais e seguro desemprego.



- 14 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é vedado, dentre outros, ao servidor público
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; atender com presteza.
 - (B) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; guardar sigilo sobre assunto da repartição; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (C) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (D) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; tratar com urbanidade as pessoas; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (E) observar as normas legais e regulamentares; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- 15 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais e Estaduais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal e Estadual de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais e Estaduais de Ensino.
 - (E) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal, Estadual e Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino.



- 16 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:
- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (B) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos de todos os órgãos e repartições federais e estaduais prestados aos cidadãos; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) Desenvolvimento permanente do servidor público federal, estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 17 O Decreto nº 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091/2005, e ainda:
- (A) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (B) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (D) cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (E) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE e Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Docente; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.



- 18 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GES PÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O GES PÚBLICA deverá contemplar a formulação e implementação das medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais, que objetivem
- (A) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (B) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (C) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados.
 - (D) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (E) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Legislativo e Judiciário Estadual e Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
- 19 De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12/07/2006, os órgãos da Administração Superior são:
- (A) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; as Diretorias da Escola de Aplicação e dos Hospitais Universitários.
 - (B) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Diretorias dos Institutos e Núcleos.
 - (C) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (D) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (E) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral; e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.
- 20 O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, que, a partir de sua missão e visão de futuro, pretende articular ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais, certamente, acelerarão o ritmo de desenvolvimento social e econômico, formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo assim uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural, e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. A construção desse Plano foi uma exigência e determinação de(do):
- (A) Resolução específica do Conselho Universitário – CONSUN/UFPA.
 - (B) Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros.
 - (C) Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPA.
 - (D) Resolução específica do Conselho Superior de Administração – CONSAD/UFPA.
 - (E) Resolução conjunta do Conselho Universitário – CONSUN, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Superior de Administração – CONSAD.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, constituindo políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Esta Política adotada pelo MEC/SEESP objetiva
- (A) atender os alunos em classes especiais, proporcionando barreiras linguísticas na escolarização do aluno surdo.
 - (B) ensinar os alunos cegos exclusivamente por meio da Libras e do auxílio de tradutores/intérpretes de Libras.
 - (C) proporcionar atividades educativas a todos os alunos, mediante os métodos do oralismo e do português sinalizado.
 - (D) promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.
 - (E) habilitar professores para que atendam os alunos da Educação Especial apenas em espaços educacionais segregadores.
- 22 A LDB nº 9.394/1996, em seu capítulo V, trata sobre a Educação Especial. O Artigo 58 desta Lei afirma que se entende por educação especial o(a)
- (A) atendimento especializado oferecido exclusivamente na rede regular de ensino.
 - (B) modalidade de inclusão escolar oferecida exclusivamente nas unidades especializadas de ensino.
 - (C) inclusão escolar oferecida fora da rede regular de ensino.
 - (D) modalidade de educação voltada especificamente para a inclusão no ensino superior.
 - (E) modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
- 23 No século XVIII, na França, o abade Michel de L'Épée foi um educador que ficou conhecido como o "pai dos surdos". Em seus trabalhos com surdos, L'Épée criou uma forma de ensino denominada
- (A) sinais simples.
 - (B) sign writing.
 - (C) sinais metódicos.
 - (D) sinais sonoros.
 - (E) sinais consecutivos.
- 24 Em 1880, na Itália, aconteceu o Congresso de Milão, que causou impacto na educação de surdos. As determinações deste Congresso fizeram com que
- (A) a Libras fosse reconhecida e oficializada no Brasil imediatamente em 1880.
 - (B) o método oral não estivesse presente na escolarização de alunos surdos.
 - (C) os surdos tivessem acesso à educação por meio da língua de sinais.
 - (D) o oralismo fosse proibido nas salas de aula com alunos surdos.
 - (E) a língua de sinais fosse proibida na educação de surdos em alguns países.
- 25 No Brasil, o Bilinguismo para surdos é uma proposta educacional assegurada pelo Decreto Federal nº 5.626/2005. Assim, é correto afirmar que o Bilinguismo
- (A) visa desenvolver a competência de pessoas surdas em duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa como segunda língua em sua modalidade escrita.
 - (B) é uma proposta adequada para o ensino de alunos surdos apenas no ensino superior.
 - (C) não assegura o reconhecimento da língua de sinais no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.
 - (D) prioriza métodos orais-auditivos no ensino de discentes surdos.
 - (E) propõe o contato da criança surda, o mais cedo possível, com a língua de sinais e língua portuguesa exclusivamente em sua modalidade oral.
- 26 A Lei Federal nº 10.436, de 22 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. No parágrafo único do Artigo 4º desta Lei, assegura-se que a
- (A) Língua Brasileira de Sinais – Libras poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
 - (B) linguagem de sinais poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
 - (C) Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
 - (D) Língua Brasileira de Sinais – Libras poderá substituir todas as línguas na modalidade escrita.
 - (E) Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade oral da língua portuguesa.



- 27 A Língua Brasileira de Sinais – Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira por meio da Lei Federal nº 10.436/2002. A conquista desta Lei foi possível devido ao(a)
- (A) luta da comunidade surda no Brasil, em conjunto com tradutores e intérpretes de Libras, professores e familiares de pessoas surdas.
 - (B) reconhecimento internacional da Libras como segunda língua da pessoa surda.
 - (C) interesse do governo Lula em sancionar esta Lei em defesa da inclusão de pessoas surdas no Brasil.
 - (D) excelente desempenho de surdos para aprender a Língua Portuguesa como primeira língua.
 - (E) necessidade de a Libras ser reconhecida como um sistema linguístico de natureza oral-auditivo.
- 28 No parágrafo único do Artigo 5º da Lei Federal nº 12.319/2010, determina-se que o exame de proficiência em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por
- (A) docentes ouvintes e docentes surdos de instituições de ensino superior.
 - (B) docentes surdos e intérpretes de instituições de ensino médio.
 - (C) linguistas do ensino superior e docentes do ensino médio.
 - (D) docentes surdos, linguistas e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.
 - (E) intérpretes do ensino médio e professores do ensino superior.
- 29 O artigo 6º da Lei Federal nº 12.319/2010 trata das atribuições do tradutor e do intérprete de Libras, no exercício de suas competências. Quanto a essas atribuições, considere as afirmativas abaixo.
- I Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa.
 - II Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.
 - III Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos.
 - IV Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas.
 - V Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.
- Estão corretas
- (A) apenas II, IV e V.
 - (B) apenas I, III, IV e V.
 - (C) apenas I, II, III e V.
 - (D) I, II, III, IV e V.
 - (E) apenas I, III e IV.
- 30 O Artigo 7º da Lei Federal nº 12.319/2010 assegura que o intérprete de Libras deve exercer a sua função com
- (A) paciência e discricção, primando pela dedicação às lutas da comunidade ouvinte em detrimento da comunidade surda.
 - (B) rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.
 - (C) generosidade, pois trata-se de uma atividade não remunerada caracterizada apenas como voluntariado.
 - (D) afastamento contínuo da comunidade surda para ser imparcial no ato interpretativo.
 - (E) respeito e reconhecimento de que a linguagem de sinais é a única forma de comunicação a que a comunidade surda deve ter acesso no Brasil.
- 31 A ação do intérprete envolve dois momentos distintos de atuação, os quais são considerados modalidades de interpretação denominadas
- (A) tradução e espontânea.
 - (B) tradução e transcrição.
 - (C) transcrição e consecutiva.
 - (D) consecutiva e simultânea.
 - (E) consecutiva e espontânea.



- 32 Segundo Lacerda (2014), em relação ao espaço de atuação do intérprete educacional, é correto afirmar que o intérprete de língua de sinais
- (A) poderá atuar apenas nos níveis mais elevados de ensino, tais como: no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação.
 - (B) poderá atuar na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, no nível superior, na graduação e pós-graduação.
 - (C) poderá atuar na educação infantil e no ensino fundamental, não sendo indicada a sua atuação no ensino médio e nível universitário e no nível de pós-graduação.
 - (D) poderá atuar na educação infantil, na educação fundamental e no ensino médio, haja vista que no nível universitário e no nível de pós-graduação a pessoa surda utiliza-se da língua portuguesa, sendo desnecessária a presença do intérprete.
 - (E) atuará no nível superior somente se tiver formação no mesmo curso de graduação que o aluno surdo estiver cursando.
- 33 Em uma situação em que o palestrante discursa em Língua Portuguesa na modalidade oral e o intérprete sinaliza em Libras, é correto afirmar que para o intérprete de Libras, neste contexto, as línguas em questão se configuram em
- (A) Língua Portuguesa (língua foco) e Libras (língua natural).
 - (B) Língua Portuguesa (língua majoritária) e Libras (língua fonte).
 - (C) Língua Portuguesa (língua materna) e Libras (língua fonte).
 - (D) Língua Portuguesa (língua alvo) e Libras (língua fonte).
 - (E) Língua Portuguesa (língua fonte) e Libras (língua alvo).
- 34 Para Lacerda (2009), o trabalho de interpretação deve considerar a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental conhecer a gramática da língua, assim como conhecer os diferentes usos da linguagem nas diversas esferas da atividade humana. Assim, nas atividades de interpretação da Língua Brasileira de Sinais é correto afirmar que o intérprete deve
- (A) evitar o uso de classificadores em Libras durante sua atuação, uma vez que os classificadores dificultam o entendimento do aluno surdo.
 - (B) manter-se integralmente afastado da comunidade surda, para que assim preserve sua imparcialidade nos momentos de atuação.
 - (C) elaborar as avaliações dos alunos surdos, já que ele é o profissional responsável pela aprendizagem destes alunos no contexto escolar.
 - (D) dominar as técnicas de interpretação Libras – Língua Portuguesa – Libras, de modo a promover acessibilidade linguística ao aluno surdo.
 - (E) O intérprete deve anotar todas as tarefas do aluno surdo, visto que seu trabalho corresponde a uma atividade de tutoria.
- 35 Quadros e Karnopp (2004) apresentam no estudo da fonologia da Libras a constituição de 5 (cinco) parâmetros fonológicos, que são
- (A) Configuração de mão (CM), Movimento (M), Localidade (L), Orientação da mão (Or) e Expressões faciais (EF).
 - (B) Configuração de mão (CM), Localidade (L), Orientação (Or), Foco (F) e Expressões faciais (EF).
 - (C) Configuração de mão (CM), Marcação (M), Localidade (L), Organização (Or) e Expressões corporais (EC).
 - (D) Configuração de mão (CM), Locação (L), Foco (F), Tópico (T) e Expressões faciais (EF).
 - (E) Configuração de mão (CM), Movimento (M), Locação (L), Orientação da mão (Or) e Expressões não-manuais (ENM).
- 36 Segundo Ferreira Brito (1995), a língua de sinais utiliza a iconicidade de forma convencional e sistemática. Marque a alternativa que apresenta um exemplo de sinal icônico em Libras.
- (A) GRÁTIS
 - (B) PRIMO
 - (C) CARRO
 - (D) AMARELO
 - (E) SÁBADO



37 Para Quadros e Karnopp (2004), a marcação de reciprocidade na Libras dá-se pela duplicação do sinal feita simultaneamente. Assim, a figura a seguir refere-se ao verbo

- (A) ENTREGAR [Recíproco].
- (B) OLHAR [Recíproco].
- (C) PERGUNTAR [Recíproco].
- (D) COLOCAR [Recíproco].
- (E) GASTAR [Recíproco].



Fonte: Quadros e Karnopp (2004).

38 Na Libras, são exemplos de verbos com concordância os seguintes:

- (A) AVISAR – ESTUDAR – ODIAR
- (B) DAR – ENVIAR – RESPONDER
- (C) ENVIAR – PERDER – SORRIR
- (D) BRIGAR – CONSEGUIR – TRABALHAR
- (E) ABENÇOAR – APRENDER – CONHECER

39 Quadros (1999) inclui os verbos espaciais na classificação de verbos com concordância. Os verbos espaciais possuem afixos locativos. São exemplos destes verbos:

- (A) AMAR – TER – VIVER
- (B) PENSAR – CONHECER – FAZER
- (C) VIAJAR – IR – CHEGAR
- (D) TREINAR – SABER – CONFUNDIR
- (E) GOSTAR – LEMBRAR – ACREDITAR

40 De acordo com Quadros e Karnopp (2004), na Libras existem verbos sem concordância. Sobre estes verbos, é correto afirmar que

- (A) não se flexionam em pessoa e número e não tomam afixos locativos.
- (B) não se flexionam em pessoa e número e tomam afixos locativos.
- (C) se flexionam em pessoa e número e não tomam afixos locativos.
- (D) se flexionam em pessoa.
- (E) tomam afixos locativos.

41 Observe os sinais em Libras das imagens abaixo.



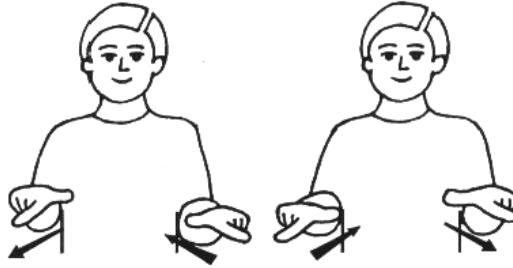
Fonte: Capovilla; Raphael; Maurício (2012).

Em relação a esses sinais, é correto afirmar que eles apresentam

- (A) orientação da palma da mão diferentes.
- (B) pontos de articulação iguais.
- (C) movimentos diferentes.
- (D) configurações de mão diferentes.
- (E) pontos de articulação diferentes.



4.2 Observe o sinal da imagem a seguir:



Fonte: Capovilla; Raphael; Maurício (2012).

Os sinais que apresentam a mesma configuração de mão da imagem são

- (A) EDUCADO – ALEMANHA – ATRASAR
- (B) CARINHO – PRIMO – RÔXO
- (C) UNIVERSIDADE – ENSINAR – ÁGUA
- (D) LONGE – LIBERDADE – CLARO
- (E) ONTEM – TELEVISÃO – CURITIBA

4.3 Para Pimenta (2006), os classificadores na Libras são formas representadas por configurações de mãos que funcionam como marcadores de concordância. A imagem a seguir é considerada um Classificador para o verbo CAIR, que se aplica à

- (A) ARANHA
- (B) COPO
- (C) PAPEL
- (D) PESSOA
- (E) CANETA



Fonte: Pimenta (2006).

4.4 Marque a alternativa em que os sinais são realizados tendo como ponto de locação o nariz do sinalizador.

- (A) PENSAMENTO – CONSCIÊNCIA – BELÉM
- (B) TODO DIA – INTERESSE – AINDA NÃO
- (C) PERIGO – BISCOITO – TEIMOSO
- (D) MEMÓRIA – INGLÊS – ROSA
- (E) CONHECER – DEFEITO – VINHO

4.5 Na incorporação de numeral em Libras, os sinais sofrem mudanças na configuração de mão de um para dois, três ou quatro, combinando-se para criar novo significado. Assinale a opção em que os sinais apresentam este fenômeno.

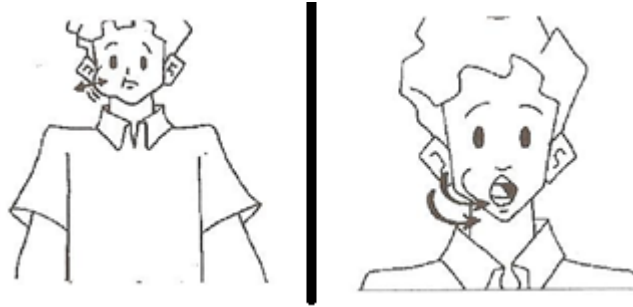
- (A) UMA-CASA; DUAS-CASAS; TRÊS-CASAS; QUATRO-CASAS
- (B) UMA-MAÇÃ; DUAS-MAÇÃS; TRÊS-MAÇÃS; QUATRO-MAÇÃS
- (C) UM-FILHO; DOIS-FILHOS; TRÊS-FILHOS; QUATRO-FILHOS
- (D) UM-DIA; DOIS-DIAS; TRÊS-DIAS; QUATRO-DIAS
- (E) UM-LÁPIS; DOIS-LÁPIS; TRÊS-LÁPIS; QUATRO-LÁPIS

4.6 No processo de derivação zero em Libras, os verbos denominais ou substantivos verbais somente pelo contexto podem ser percebidos se estão sendo utilizados com a função de verbos ou de nomes. Assinale a alternativa que apresenta este processo.

- (A) COMER-BOLO
- (B) CORTAR-COM-TESOURA
- (C) ESTUDAR-A-NOITE
- (D) VER-TELEVISÃO
- (E) BRINCAR-NA-RUA



47 Na Libras, alguns sinais não precisam das mãos para serem realizados. Como exemplo disto, têm-se os sinais dispostos nas imagens a seguir.



Fonte: Honora e Frizanco (2011).

Esses sinais se referem a

- (A) ATO SEXUAL – LADRÃO
- (B) CANTAR – FAZER
- (C) COMUNICAR – SEXTA-FEIRA
- (D) LÁPIS – VEREADOR
- (E) AVISAR – FALAR

48 Quanto aos processos de flexão da Libras, Quadros e Karnopp (2004) definem como verbos simples aqueles que não flexionam em pessoa e número. São exemplos desses verbos:

- (A) CONHECER – AMAR
- (B) RESPONDER – AVISAR
- (C) DIZER – PERGUNTAR
- (D) DAR – ENVIAR
- (E) ACUSAR – AJUDAR

49 Segundo Quadros e Karnopp (2004), o movimento de um sinal envolve uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos dos pulsos e os movimentos direcionais no espaço. Assinale a alternativa em que os sinais apresentam os mesmos movimentos.

- (A) VIVER – AMAR – CORRER
- (B) FAZER – NAMORAR – BRIGAR
- (C) LEMBRAR – REUNIR – GOSTAR
- (D) TER – PECAR – FEIO
- (E) APRENDER – SONHAR – MOSTRAR

50 Ferreira Brito (1990) menciona que o movimento pode estar nas mãos, pulsos e antebraço. Marque a alternativa em que o movimento dos sinais ocorre no pulso.

- (A) COMPUTADOR – IMAGEM
- (B) ASSOCIAÇÃO – GREVE
- (C) RIO DE JANEIRO – FAMÍLIA
- (D) RIO GRANDE DO SUL – FISIOTERAPIA
- (E) BONITO – PROMOÇÃO